

ATA DA 25ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA TÉCNICA DE SEGURANÇA HÍDRICA E QUALIDADE DA ÁGUA – CT-SHQA

No dia três de setembro de 2018, às 9h, iniciou-se a 25ª Reunião Ordinária da Câmara Técnica de Segurança Hídrica e Qualidade da Água (CT-SHQA), com abertura por sua coordenadora, Regina Pimenta Assunção/IGAM, e posteriormente prosseguiu-se com a pauta, conforme relatos a seguir. A reunião ocorreu no auditório do Instituto Integrado de Desenvolvimento Integrado (INDI) em Belo Horizonte/MG. Os participantes constam na lista de presença anexa. Esta ata contém o resumo dos assuntos pautados previamente e dos debates ocorridos, conforme previsto no Art. 19 da Deliberação 7 do Comitê Interfederativo. A coordenadora da CT, Regina Assunção, iniciou a reunião validando a Ata da 24ª Reunião Ordinária da CTSHQA, realizada no dia 13 de agosto de 2018, fez também um alinhamento geral, resgatando o histórico dos acontecimentos das últimas semanas. A coordenadora fez uma apresentação sobre a Reunião Intercâmaras, realizada nos dias 29 de agosto de 2018, falando sobre o regimento Interno das Câmaras Técnicas, que será validado pelos autores do TAC Governança e deu alguns informes sobre a Reunião do CIF, realizada nos dias 30 e 31 de agosto de 2018. A Sra. Regina falou sobre o custeio das viagens dos membros da CT-SHQA e que a aprovação para a geração dos vouchers pela coordenação das Câmaras está ficando inviável, uma vez que leva a uma série de envio de e-mails e isso leva um tempo muito grande. A Sra. Emília solicitou que o custeio que envolve o GTA PMQQS não entre no orçamento da CTSHQA e a Regina informou que já está em negociação e em tratativa com o CIF e Fundação Renova sobre esses assuntos. A Sra. Margareth colocou que o teto do orçamento para a CTSHQA não deve ser um empecilho para a realização de tarefas ou atividades emergenciais envolvidas com essa CT, colocou também uma maior necessidade de envolvimento com as prefeituras das cidades atingidas pelo evento. A Sra. Regina reforçou a necessidade de uma maior participação de Minas Gerais com a recuperação do Rio Doce, propondo uma expedição ao longo do rio. Sobre a Reunião do GTA PMQQS foi informado pela coordenadora que o relatório irá atender três diferentes públicos: o acadêmico e de agência de bacia, que consegue fazer a leitura e interpretação dos dados brutos; o público que requer um produto dos relatórios em mãos, dos parâmetros principais relacionados com o evento para água superficial e um Técnico Completo Anual com todas as abordagens relacionadas ao PMQQS. Por isso ficou definido que a Fundação Renova deverá produzir um relatório trimestral simplificado, que atenderá ao público em geral, mas também ficará responsável por divulgar planilha com a consolidação dos dados brutos. O relatório anual será mantido, por ser uma definição do próprio PMQQS, aprovado pelo CIF. Os relatórios e as planilhas de dados brutos serão divulgados por meio do site do IBAMA e posteriormente por uma plataforma WEB do CIF, a ser implementada. A Sra. Emília, representante do IEMA, relatou que as instituições têm acesso dados diretamente do sistema da Renova, para não depender de esperar esses dados serem divulgados, Regina completou dizendo que existe um alerta para dados fora do padrão que chega por e-mail. A Sra. Regina informou que conversou com o Sr. Flávio, representante da ANA, que sugeriu que caso a apresentação do Plano de Aceleração do PG31 pela Fundação Renova não atenda às expectativas da CTSHQA, será pedida uma reunião para se colocar algumas propostas e modificações. A Sra. Thais, representante do SECIR, informou que Plano de Aceleração apresentado pela Fundação Renova não cumpriu as sugestões propostas, a Sra. Regina completou falando que os prazos estão atrasados e o Sr.

Breno, representante do SECIR, frisou o não cumprimento das sugestões propostas pelos membros da CTSHQA. A Sra. Regina informou que na próxima reunião haverá a participação de membros do TCE/MG/ES para tratar dos assuntos referentes ao acompanhamento do PG31, bem como a prestação de contas e destinação de recursos. Em relação ao item de pauta referente ao relatório completo PMQQS, a Sra. Regina deu um informe sobre o que é o PMQQVAI (Anexo ao PMQQS) e que este será recebido pela CT para análise no dia 12 de outubro de 2018, a Sra. Emília reforçou os esclarecimentos das atividades relacionadas ao PMQQVAI. A Sra. Margareth, representante da SEAMA, perguntou se o material que será analisado pelo PMQQVAI também desce o rio, diante da resposta afirmativa, a mesma colocou a necessidade de se correlacionar os dados e que as duas equipes de análises devem formar um grupo técnico envolvendo a CT-Rejeitos, a Sra. Regina informou que esse alinhamento já está sendo feito. A Sra. Emília reforçou ainda este ponto de pauta colocando que os membros do GTA PMQQS definiram por não aprovar o relatório recebido para publicação uma vez que não estava em um formato acessível a todos os públicos existentes para análise da qualidade das águas, havia palavras de defesa ao longo do texto pela Renova, estava raso. Também colocou que o objetivo do GTA é assegurar que o monitoramento seja feito de forma eficiente e gerando dados de qualidade, porém os dados gerados não passaram pelo critério de validação ainda. A Sra. Regina reforçou que os membros do GTA não assinariam um relatório que não tivesse clareza e aprofundamento e que foi dada uma última oportunidade para o relatório ser reforçado e se transformar em um Relatório Anual PMQQS. A Sra. Margareth solicitou deixar registrada a indignação da população pela falta de dados que assegurem a qualidade da água e tranquilize a população, registrando que a insegurança fez mudar hábitos alimentares em decorrência da contaminação da água e dos peixes, uma vez que existem dúvidas quanto se água do Rio Doce está boa e registrou a indignação de todos pela forma como a Fundação Renova vem tratando a população, e alertou aos membros da CT quanto a se preparem para a participação direta dos atingidos trazendo suas angústias e clamando por respostas. O Sr. Rodrigo, representante da prefeitura de Rio Doce, completou o tema com relatos de pessoas que pescam diariamente com medo da qualidade dos peixes e da água. Da mesma forma, a Sra. Christiny, representante do SECIR, compartilhou a sua indignação falando que a população das cidades à beira do Rio Doce está sem beber a água do rio, sendo abastecida por minas contaminadas e poços perfurados sem análise e avaliação da qualidade da água, o número de pacientes nos postos de saúde aumentou e reforçou que a população está indignada, “temos que entender que não é só um banco de dados, temos que dar vida”. A Sra. Regina informou que irá solicitar uma reunião séria e focada e com a possibilidade de trabalhar em outra linha, irá elaborar um documento com todos os programas e seus responsáveis e pedir uma orientação ao CIF de como proceder já seguindo uma linha de determinação definida pela CTSHQA, uma vez que a cobrança em cima da CT está muito grande. Para isso serão necessários respaldos técnicos e científicos e subsídios de documentos elaborados pelos membros da CT. Além disso foi colocado que caso a situação continue dessa forma a CT irá solicitar outras consultorias para ações além da Fundação Renova, contratar e indicar outras empresas para realizar as atividades cabíveis à Renova, como o plano de Aceleração do PG31. Em relação ao Plano Integrado de Recursos Hídricos da Bacia do Rio Doce a Sra. Luciana Andrade, representante da ANA e participando por videoconferência, deu dois informes sobre o plano: será elaborado um novo plano de ações da bacia e manual normativo, com o passo a passo e responsáveis pelas atividades, colocando um fluxo operacional de atividades. Com isso é esperado um novo plano, considerando a nova realidade da bacia, e que o seu contrato será iniciado em maio de 2019 e com 1 ano para sua finalização, entrando em vigor em 2020. Como

se trata da revisão do plano do ano de 2010, a ordem de grandeza para tal é perto de R\$4 milhões, e que por se tratar de um plano integrado, encarece o contrato. Em relação às propostas de procedimento de alteração de pleitos e fluxograma de acompanhamento pela CTSHQA, a Sra. Caroline, representante do MMA, fez uma apresentação da minuta de NT para a complementação dos demais membros da CT, uma vez que os municípios estão solicitando alterações de pleito, além de definir quais os procedimentos para novos chamamentos. A Sra. Caroline já havia feito algumas modificações solicitadas na Reunião Ordinária da CTSHQA anterior, que ocorreu no mês de agosto. Ela colocou que a CT não analisa os pleitos somente para garantir que os recursos estejam divididos corretamente para os municípios, ou para garantir que cada município esteja utilizando o recurso da maneira correta e dentro do teto, mas também para analisar se os bancos estão fazendo o repasse de forma correta para esses municípios. Por isso é necessário uma melhor comunicação e entendimento junto aos bancos BDMG e BANDES, uma vez que pode acontecer do banco repassar alguma verba aos municípios ou aprovarem uma licitação e iniciarem uma entrada que a CT entende que não pode ser feita. A Sra. Milena sugeriu inserir na NT que os municípios alertem para a CT um *feedback* sobre o apoio técnico recebido. A Sra. Silvia afirmou que alguns municípios estão perdidos em relação ao apoio técnico oferecido pela Renova, alguns aceitam com facilidade e outros recusam, colocou que outras empresas estão oferecendo apoio técnico que não seja o da Renova. O Sr. Eduardo, representante da FUNASA, deixou claro que a FUNASA está aberta a apoiar tecnicamente qualquer município abaixo de 50 mil habitantes, mas que não está oferecendo qualquer apoio paralelamente ao apoio da Renova. A Sra. Caroline colocou que os relatórios recebidos das instituições financeiras estão fracos e superficiais e propôs exemplos de itens que devem conter nesses relatórios, apresentados na NT. Por fim os Srs. Breno e Thais se comprometeram a auxiliar a Sra. Caroline com os últimos detalhes da NT e a apresentação deu-se por encerrada. Em relação aos recursos de compensação para resíduos e esgotamento sanitário a Sra. Margareth colocou que existiam duas discussões: uma de escopo de programa com indicadores e outra em relação ao aporte de mais recursos de compensação, inicialmente solicitado para os resíduos sólidos e posteriormente para esgoto. A Sra. Margareth pontuou que em proposta apresentada pela Renova no CIF sobre o uso de recursos compensatórios da cláusula nº 232 do TTAC não havia previsão de aporte para saneamento e para reflorestamento, por isso ela alerta que quanto mais tempo a CT demorar a tomar uma decisão quanto ao montante de recurso a ser pleiteado para esgotamento sanitário e resíduos sólidos mais distante ela ficará desse aporte de mais recursos. Por isso sugere que o encaminhamento de que a Renova entregue um plano de trabalho com prazos para realizar o levantamento do montante necessário de recursos compensatórios para esgotamento sanitário e resíduos sólidos, definido na 28ª Reunião Ordinária do CIF, se torne uma Deliberação para que os prazos sejam cumpridos sob pena de multa. Relembra que para o ES não é necessário o estudo para resíduos, por já está contemplado via CONDOESTE (CTR e ET) projetos, orçamentos, áreas desapropriadas e licenças. Em relação à consolidação dos objetivos do PG31 e diretrizes para a formulação de indicadores a Sra. Milena informou que a minuta da NT 24 que trata do assunto, foi discutida na última reunião ordinária dessa CT e que existem questões que ainda devem ser discutidas em conjunto. Um ponto é em relação ao objetivo do programa e a Sra. Thais colocou sua opinião, de que o objetivo do programa deve ser o repasse dos R\$500mi para os recursos definidos pela CT. A Sra. Christiny discordou e opinou que não devem existir somente indicadores financeiros e que o PG deve seguir o caminho proposto pela CT, que é a recuperação da bacia. Por fim, a Sra. Margareth colocou que a CT não deve apenas definir os indicadores, mas também o escopo dos programas, que o PG31 não deve apenas repassar os

recursos, mas também evoluir na despoluição do Rio Doce, bem como garantir que os indicadores de efetividade sejam analisados. A Sra. Milena sugere manter a recuperação do Rio Doce como o foco do objetivo para que a Renova não desvie dos indicadores propostos. A Sra. Christiny sugeriu colocar um objetivo, uma meta e um “como medir” para cada indicador proposto e se responsabilizou por completar o documento dando exemplos de o que são esses objetivos, metas e “como medir”. A Sra. Milena sugeriu melhorias na estrutura do documento, bem como atualizações constantes para consultas, caso necessário, além de que quando forem sugeridas as declarações do programa entender como será a análise da Ernst Young, pois esses produtos devem ser auditáveis e o acompanhamento deve ser feito. Foi definido que essa NT será fechada e definida na próxima Reunião Ordinária da CTSHQA. Em relação ao ponto de pauta da apresentação do BDMG e do BANDES sobre a análise do fluxo de demandas para o PG31, o Sr. Francisco, representante do BDMG, iniciou a sua apresentação falando das 4 macros fases do programa: 1 – Estruturação do programa; 2 – Habilitação dos Projetos; 3 – Acompanhamento das ações e 4 – Encerramento das ações. Na continuação foram apresentados os resumos das fases dos programas, bem como as ações desenvolvidas de janeiro a agosto de 2018. Foi informado que apenas o município de Rio Doce está com o contrato suspenso, uma vez que não foi apresentado ao BDMG o certificado de certidão negativa do INSS, mas que o recurso destinado à essa prefeitura será repassado, e está apenas aguardando essa situação ser resolvida. Foi informado que o município de Caratinga já apresentou metade dos seus projetos e já alcançou R\$16 mi podendo dobrar esse valor para mais 5 distritos. A Sra. Alessandra, representante da FEAM, informou que para os 5 distritos restantes serão solicitados recursos junto ao Ministério das Cidades. O Sr. Lauro, representante da FUNASA, informou que apesar de Caratinga possuir mais de 50 mil habitantes, caso os distritos estejam caracterizados como área rural a FUNASA consegue fazer a destinação desses recursos. O Sr. Francisco colocou que toda obra que envolve recursos de terceiros é analisada pelos engenheiros do BDMG para a correta autorização e repasse de recursos, e tudo está sendo analisado com muito zelo e cuidado para não ocorrer dispêndio irregular de recursos. O Sr. Dalton, representante do BANDES, prosseguiu a apresentação informando as ações desenvolvidas pelo BANDES junto às prefeituras do ES. Informou que 3 municípios já assinaram os contratos de imediato sem apresentar quaisquer problemas, mas o município de Colatina apresentou problemas devido à mudança de membros dentro da prefeitura e isso atrasou um pouco, mas que o contrato já foi assinado. Porém o BANDES ainda não assinou nenhuma liberação pois ainda não chegou nenhum projeto das prefeituras para ser analisado. O Sr. Dalton demonstrou preocupação em ter obras inacabadas devido ao repasse de recursos por parte da FUNASA, por se tratar de um repasse do tesouro federal, e, mesmo se o contrato estiver assinado, mas o tesouro não repassar o recurso, as obras não são iniciadas. Também colocou a preocupação do recurso de uma instituição privada ser gerido por um órgão público. Foi informado que o Ministério Público solicitou que o Estado do ES tenha um ente regulador para acompanhar as ações junto aos municípios e apesar de ter agência reguladora estadual, esta questão está pendente de definição pelos municípios. Ao final da apresentação foram colocadas algumas recomendações voltadas para os representantes ou prefeitos dos municípios. A Sra. Margareth colocou sua preocupação em alinhar o PG31 com as responsabilidades dos bancos para esse programa e questionou como serão contempladas as ações que já foram feitas pelos municípios, bem como as que ainda serão feitas, quais os gargalos. O Sr. Dalton colocou a percepção que alguns municípios têm de que existem entes entrando em atividades que competem à cada prefeitura, mas que a decisão para onde os recursos serão alocados compete às prefeituras dos respectivos municípios. A Sra. Regina

solicitou um melhor entendimento de como é a relação entre a Renova e os bancos e como a CT pode ter informações mais completas e atualizadas sobre os valores e ações envolvidos no programa. A Sra. Sara, representante da Renova, informou que qualquer solicitação deve ser feita à Renova, e não aos bancos, e que essa informação será disponibilizada sem qualquer problema. Ficou acordado que as informações solicitadas pela CT serão apresentadas em um formulário para melhor alinhamento por partes dos bancos, Fundação Renova e CTSHQA. A Srª Margareth perguntou ao representante da EY quais dados são importantes de serem contemplados para que a EY possa auditar o programa 31, sendo apresentado pelo representante da EY: datas/marcos, responsáveis, entrega esperada. Antes de passar ao próximo ponto a representante da SEAMA reforçou junto a CT a necessidade de dar celeridade ao pleito do CONDOESTE conforme acordado junto ao CIF. Em relação à apresentação para a Fundação Renova da proposta de alteração de pleitos e fluxograma de acompanhamento pela CTSHQA, referente à NT 23, a Sra. Caroline explicou a necessidade de definir um fluxograma de procedimentos para chamamento e alteração de pleitos e realizou a apresentação para os membros da CT, representantes da Renova e representantes dos demais órgãos presentes na reunião. Foi informado que caso uma obra voltada para resíduos se finalize e ainda assim sobraem recursos, estes podem ser destinados para esgotamento ou vice-versa. Foi informado sobre a questão dos ressarcimentos ou reembolsos, que serão adotadas as mesmas regras utilizadas pelos recursos repassados via orçamento geral da união, do governo federal. Foi informado também a necessidade de apoio técnico reportar à CT e ao CIF os relatórios de acompanhamento, uma vez que é preciso saber como está o andamento desse apoio. A Sra. Sara colocou novamente que quem deve reportar à CT sobre o andamento do apoio técnico é a Fundação Renova e não a equipe técnica desse apoio. A Sra. Caroline sugeriu colocar nessa NT as recomendações propostas pelo Sr. Francisco, que constam na conclusão da apresentação do BDMG, as quais orientam os municípios um maior contato junto ao CIF ou Fundação Renova. A Sra. Thais informou ter recebido a planilha de pedidos para revisão dos pleitos e sugeriu uma reunião do GT Esgotamento para Análise conjunta. Ficou acordado entre os membros da CTSHQA que a pauta das reuniões da CT deverá ser enviada 5 dias antes para todos os membros, bem como os documentos que serão apresentados na reunião, conforme estabelece o TAC Governança. A Sra. Sara, representante da Renova, deu um informe sobre o diagnóstico para dimensionar recursos compensatórios da cláusula nº 232 de esgotamento e resíduos sólidos, e consultou a CT sobre qual documento seria ideal de se protocolizar, o documento que contenha o dimensionamento da ordem de grandeza do valor total já previstos de serem aplicados nos demais programas do TTAC ou o que não contenha. Foi definido que essa questão será definida na reunião do GT Esgotamento e que o documento inicial a ser protocolizado é o que contenha o dimensionamento. Entrou-se em discussão, colocado pelo Sr. César, representante da Ernst Young, sobre as atividades realizadas além das atribuições da Renova e CT junto ao PG31, foi colocado pela Sra. Margareth que a Renova ao desenhar o programa do PG31 superou os limites da cláusula 169 para além de repasse financeiro, foi construído um programa com tanto esforço e um único indicador desse programa ser o repasse de recurso não demonstra a efetividade das ações. Em relação ao Plano de aceleração Proposto pela Fundação Renova, o Sr. Vinícius Brito, representante da Renova, realizou a apresentação do plano complementado, que foi protocolizado no dia 30 de agosto, com as modificações sugeridas pelos membros da CT. Foi informado que o apoio técnico está atuando e conta com 4 profissionais atualmente e vai chegar a 7, destacou-se a dificuldade de encontrar profissionais que possam atender à solicitação da Renova. No processo estrutural está sendo contratada uma gerenciadora e viu-se grande dificuldade para essa contratação, uma vez que só uma

atendeu os requisitos da Renova, logo, deve-se aumentar essa concorrência buscando gerenciadoras em outros estados. Foi informado pela Sra. Sara, representante da Renova, que somente os municípios de Colatina, Linhares e Itueta não assinaram o TAT (Termo de Apoio Técnico). O município de Bugre optou apenas pela capacitação técnica, os outros municípios aceitaram o apoio técnico. O Sr. Vinícius informou que a Renova ainda não conseguiu oficializar o convênio com a FUNASA, o que disponibilizaria o acesso ao SIGA e por isso têm que se pensar em alguma outra plataforma de acompanhamento de obra, uma vez que isso pode atrasar o cronograma do programa. Somam-se 9 frentes de aceleração apresentadas no plano. A Sra. Thais informou que ela e o Sr. Breno fizeram as correções em cima do documento de slides apresentado pela Renova pois o documento apresentado em formato PDF estava muito ruim, reforçou que o documento em PDF apresentava diversos erros e enumerou as correções a serem feitas. A Sra. Regina e a Sra. Thais solicitaram uma tabela com o cronograma das ações de contratação mais detalhada e informou que ao conversar com o Sr. Flávio, sugeriram uma contratação de técnicos mais fácil e rápida. Também foi solicitado um detalhamento de como funcionará o apoio técnico fornecido pela FUNASA. A Sra. Thais sugeriu mudar alguns pontos presentes no plano, bem como o quadro resumo no item 2, letra “e”, no que se refere às ações que competem à Renova, mas que está registrado que compete à CT, por isso sugeriu-se corrigir. Diante dessas sugestões ficou encaminhado que a Renova compile os dois documentos junto com as contribuições anteriores e envie à CT. O Sr. César, representante da Ernst Young, solicitou à CT que envie um cronograma bem definido com as datas e marcos e o que é a entrega para atendimento do determinado marco. Em relação aos esclarecimentos quanto ao atendimento da Deliberação 185 (esclarecer brevemente de que se trata essa deliberação), a Sra. Yone, representante da Fundação Renova, colocou em dúvida o item 3 da deliberação, que se refere a apresentação de um plano de aceleração para identificação dos problemas e possibilidade de fortalecimento das ações junto aos municípios e prestadores de serviços de abastecimento. A Sra. Rafaeli explicou que esse plano foi solicitado para informar onde estão os gargalos da entrega dos projetos básicos, principalmente para as localidades que ainda não foram entregues pela Fundação Renova e no andamento das ações para cumprimento da Cláusula 171, bem como os acordos com as concessionárias e prefeituras. A Sra. Yone explicou que a grande maioria dos gargalos passam pelas comunidades, mas que pode ser informado um relato para cada caso, o que andou e o que está pendente no programa. Após isso a Sra. Regina deu um informe para a Renova sobre a reunião do PMQQS e sobre a conclusão da reunião em questão por não aprovar o plano. Ao final da reunião a Sra. Milena lembrou a coordenação que estava faltando o tema PMQQS, a Sr. Margareth ponderou sobre a importância e necessidade do CIF ser informado na reunião de setembro sobre o teor da NT12, a qual reprova o segundo relatório, e das sugestões do GTA para tentar superar os pontos críticos que levaram a reprovação, em especial alertou sobre estarmos chegando a data do terceiro aniversário do desastre e que todas as instituições precisam se preparar para darem respostas a imprensa, considerando os prazos do TAC-Gov temos que solicitar imediatamente a inclusão na pauta do CIF de setembro, caso contrário a nova janela será aberta apenas em outubro e já estaremos em cima da data do aniversário, não podemos ficar com essa imensa responsabilidade a nível de GTA e CTSHQA, temos que compartilhar com o CIF. Em seguida as representantes do MMA, MS, IGAM, IEMA, SEDURB se posicionaram defendendo a posição de levar ao conhecimento do CIF a NT12 bem como os encaminhamentos resultantes da reunião do GTA prevista para 17 a 21 de setembro.

Encaminhamentos Finais

ITEM	AÇÃO	PRAZO	AÇÃO INT. OU EXT?	RESPONSÁVEL
25.1	Levar ao CIF a NT do 23, referente ao fluxograma	27/09/2018	Interna	Regina
25.2	Levar ao CIF informes sobre o PMQQS e NT 12 PMQQS	27/09/2018	Interna	Regina
25.3	Complementar a minuta da NT 24		Interna	Christiny e Milena
25.4	Enviar e-mails para solicitar reunião sobre a alteração e revisão de pleitos		Interna	Thais
25.5	Fazer as modificações sugeridas no Plano de Aceleração do PG 31		Externa	Vinícius (Renova)
25.6	Completar o plano de aceleração referente a Deliberação 185	18/09/2018	Externa	Yone (Renova)
25.7	Enviar à CT a resposta ao Relatório de análise do PMQQS	14/09/2018	Externa	Yone (Renova)